



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Avenida de França, 549 | 4050-279 Porto - PORTUGAL

Tel: (+351) 228 349 570 | Fax: (+351) 228 325 494

Internet: www.fpvoleibol.pt | Email: fpvoleibol@fpvoleibol.pt

CIRCULAR N° 12 – 2005 / 2006

Para conhecimento das Associações, Clubes seus filiados, Rádio, Televisão, Imprensa e demais interessados a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, informa:

1 – CONSTITUIÇÃO DIVISÕES FECHADAS – ÉPOCA 2006/2007

1.1 – Campeonato Nacional Seniores Masculinos

DIVISÃO A1

S.C. Espinho
Vitória S.C.
Esmoriz G.C.
S.L. Benfica
Assoc. Jovens Fonte Bastardo
Castelo Maia G.C.
Leixões S.C.
G.C. Vilacondense
Assoc. Acad. Espinho
C.S. Marítimo
Assoc. Acad. Coimbra
Assoc. Desp. Machico

DIVISÃO A2

Assoc. Ant. Alunos
Assoc. Acad. S. Mamede
Grupo Desp. Cult. Gueifães
Clube Desportivo Fiães
Clube Nac. Ginástica
Ala Nun'Álv. Gondomar
Centro Voleibol Lisboa
Clube Voleibol Oeiras
S.C. Caldas
Clube K
Clube Fut. Aliança
A.A.A. Esc. Amares

2ª DIVISÃO

SÉRIE A – ZONA NORTE

C.V. Espinho
Clube Desp. Póvoa
C.D.U.P.
Ginásio Clube Stº Tirso
Clube Atlântico Madalena
Frei Gil V.C.
E.D.C. de Gondomar

SÉRIE B – ZONA SUL

N.V. Est. Covilhã
G.D. Sesimbra
G.D.C. Cruz Picada
ACDR D. Carlos I/URMI
S.O. Marinhense
Juv. Desp. Fontainhas
Clube Fut. Avisenses

1.2 – Campeonato Nacional Seniores Femininos

DIVISÃO A1

C.S. Madeira
C.A. Trofa
Boavista F.C.
C.D. Ribeirense
Académico V.C.
G.D. Gueifães
C.S.D. Câmara Lobos
G.C. Vilacondense
Famalicense A.C.
Leixões S.C.

DIVISÃO A2

Ala Nun'Álv. Gondomar
C.C.R. Fermentões
Lusófona V.C.
Assoc. Acad. Coimbra
Clube Voleibol Oeiras
Ginásio Clube Stº Tirso
C. Desp. Juv. Pacense
Clube Técnico Voleibol
Clube Fut. "Os Belenenses"
S.C. Braga

2 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – RESOLUÇÕES

Alterações, aos diversos regulamentos, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 01 de Julho de 2006 (em anexo)

Em anexo segue também:

- Classificações
- Multas

Porto e Secretaria da Federação Portuguesa de Voleibol, 04 de Julho de 2006
--

A DIRECÇÃO



**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE VOLEIBOL**

**ALTERAÇÕES AOS
REGULAMENTOS
APROVADAS EM
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINARIA DE
01.JULHO.2006**

ESTATUTOS

Artº 9º

1 - (...)

2 - São Presidentes Honorários as pessoas singulares que no desempenho das funções de Presidente da FPV sejam merecedoras de tal distinção pela excelência e relevância dos serviços prestados.

3 - (antigo nº 2) (...)

Artº 27º

Compete à Direcção administrar a federação, incumbindo-lhe, designadamente:

a) (...)

b) Organizar as competições desportivas não profissionais, assim como analisar e decidir os casos omissos a elas inerentes;

(...)

Artº 36º

Ao Conselho Disciplinar cabe, sem prejuízo de outras competências atribuídas pelos regulamentos:

a) analisar em primeira instância questões de ordem disciplinar respeitantes ao Voleibol, aos Associados Ordinários ou aos Associados Agregados;

b) (...)

ANEXO AOS ESTATUTOS DA F.P.V. SÍMBOLO, BANDEIRA, DISTINTIVO E UNIFORME

Artº 1º

A Federação adopta como símbolo as letras F, P, e V, em branco e contornadas a azul, sobrepostas a uma imagem estilizada de um jogador de voleibol, encontrando-se em destaque acima da sigla atrás referida, a imagem do escudo português sobre uma cruz.



Artº 2º

A bandeira é constituída por um rectângulo branco (com orla) tendo ao centro o símbolo da F.P.V. e por extenso a designação de Federação Portuguesa de Voleibol.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

REGULAMENTO INTERNO

ARTIGO 11º

1 - São deveres dos sócios ordinários, além dos estatutários:

a) ...

b) ...

c) Enviar à Federação exemplares actualizados dos seus Estatutos e Corpos Sociais, bem como dos seus relatórios anuais e demais publicações;

2 - São deveres dos sócios agregados, além dos estatutários:

a)...

...

f) Enviar à Federação exemplares actualizados dos seus Estatutos e Corpos Sociais,

3 - A não observância dos deveres atrás mencionados fica sujeita à aplicação das penas previstas no Artº 12 dos Estatutos da F.P.V., de acordo com o procedimento aí estabelecido.

Eliminado artigo 21º passando o artigo 21ºA a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 21º

1 - A inscrição de jogadores estrangeiros só se pode efectuar até 31 de Dezembro do ano em que se inicia a época, com excepção dos escalões de Formação e Aperfeiçoamento não podendo os atletas destes escalões subir de categoria.

2 - Não ficam obrigados ao prazo estabelecido no número anterior, os cidadãos estrangeiros filhos de pai ou mãe portuguesa e residentes no país há mais de três anos.

ARTIGO 29º

Quando um clube, até 30 de Setembro, não tiver devidamente inscrito a equipa no escalão a que o atleta pertence, este será livre para se inscrever por qualquer outro clube. Poderá, voluntariamente, representar o Clube noutro escalão nos termos regulamentares, mas a tal não poderá ser obrigado.

ARTIGO 37º

1 - A licença é a credencial do praticante e será requisito indispensável a posse da mesma para justificar a participação em provas oficiais.

2 - As licenças dos jogadores, exclusivamente emitidas pela Federação, terão o formato e a cor que esta fixar.

ARTIGO 38º

1 - Os pedidos de inscrição ou de revalidação de licença de praticantes, estão sujeitos ao pagamento de uma taxa, de acordo com tabela a publicar em circular federativa até 30 de Junho.

Eliminado ponto 2 e ponto 3

ARTIGO 47º

1 - ...

2 - Consideram-se equiparados aos dirigentes desportivos os treinadores, médicos, fisioterapeutas ou massagistas e funcionários dos Clubes.

ARTIGO 49º

1 - A Federação Portuguesa de Voleibol poderá nomear Delegados Técnicos para qualquer jogo, devidamente credenciados, que terão as seguintes atribuições:

a) ...

...

e) Proceder á avaliação dos árbitros quando solicitado.

2 - ...

REGULAMENTO DE PROVAS

Artigo 6º – Participação das Equipas das Regiões Autónomas nas Divisões Abertas, MINIS, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores

As Regiões Autónomas da Madeira e Açores participarão nos campeonatos nacionais, quando nessas regiões tenham sido organizadas fases regionais e desde que nelas participem um mínimo de 3 equipas.

Eliminado Artigo 7º - sendo os artigos seguintes renumerados

Artigo 14º - Alteração de Jogos

1 - (...)

2 - (...)

3 - Salvaguardando os casos previstos na alínea d) do número anterior, as datas inicialmente fixadas podem ser alteradas, por antecipação ou por adiamento, desde que seja mantida a ordem das jornadas.

4 - Não será permitida qualquer alteração nas jornadas duplas ou na última jornada de cada fase, nas quais se garantirá a simultaneidade dos jogos, sem prejuízo do disposto na alínea d) do nº 2.

5 - (...)

Artigo 17º - Clubes Participantes

1 - Só são admitidas a participar nos Campeonatos Nacionais as equipas de Seniores, Divisões Abertas, Juniores e Escalões de Formação, que até 25 de Setembro de cada ano tenham inscrito na Federação pelo menos 6 atletas.

2 - As Associações são obrigadas a fornecer à Federação Portuguesa de Voleibol, uma relação das equipas inscritas, até 30 de Setembro.

Artigo 19º - Faltas de Comparência

1 - (...)

...

4 - Quando uma equipa não comparece a um encontro, o Clube em falta será punido:

a) Escalões de Formação com multa de 50,00 € a 100,00 €.

b) Júniores e Divisões Abertas com multa de 50,00 € a 250,00 €.

c) Divisões Fechadas com multa de 250,00 € a 1.000,00 €.

5 - À segunda falta de comparência na mesma prova, o Clube será punido com multa de:

a) Escalões de Formação com multa de 50,00 € a 200,00 €.

b) Júniores e Divisões Abertas com multa de 350,00 € a 650,00 €.

c) Divisões Fechadas com multa de 500,00 € a 2.000,00 €.

6 - (...)

Artigo 28º - Secagem do Terreno de Jogo

1 - (...)

2 - O clube visitado que não providenciar pela secagem do recinto de jogo de acordo com o estabelecido no número anterior será punido com a multa de 100 €.

Artigo 34º - Licenças

1 - Antes do início do encontro a equipa deverá apresentar à equipa de arbitragem as licenças federativas dos jogadores, dos treinadores, do médico, do fisioterapeuta ou massagista, sem o que estes não poderão participar no jogo.

2 - (...)

3 - (...)

4 - Os elementos inscritos no boletim de jogo que não estejam presente no início do mesmo, apenas poderão participar no jogo a partir do set que se inicie após a sua identificação, devendo permanecer fora de zona de controlo até esse momento.

5- No intervalo entre os sets os árbitros a pedido do capitão de equipa procederão á identificação do(s) participante(s) atrasado(s).

Artigo 35º - Utilização Irregular de Participantes no Jogo

1 - (...)

2 - Estas situações aplicam-se a todos os intervenientes no jogo (jogadores, treinadores, médicos, dos fisioterapeutas ou massagistas).

3 - (...)

Eliminado ponto 4

Artigo 36º - Falta de Árbitro

1 - Nenhum jogo pode deixar de se efectuar por falta de árbitro oficialmente nomeado. Assim, na sua falta, à hora marcada para a apresentação das equipas, observar-se-á o seguinte:

a) Deverá o jogo ser dirigido por qualquer árbitro em actividade, que se encontre entre a assistência; se nenhum estiver presente, o jogo será dirigido por um árbitro que não se encontre em actividade. No caso de se encontrar presente na assistência, mais do que um árbitro, caberá a escolha à equipa visitante.

b) Se não existir nenhum árbitro na assistência, o jogo será dirigido por um árbitro não oficial que reuna o consenso das equipas.

c) Em última análise os jogos serão dirigidos por um jogador de cada equipa interveniente, sendo o 1º árbitro o da equipa visitante.

Artigo 38º - Policiamento

O policiamento dos campos será assegurado obrigatoriamente pelo Clube visitado, nos termos constantes na Lei Geral e nas condições aí estabelecidas.

Esquema de Provas – Equipas Seniores

SENIORES MASCULINOS

❑ DIVISÃO A1

● 1ª FASE

▪ PARTICIPANTES: 12 equipas

▪ FORMA DE DISPUTA:
- Todos contra todos a duas voltas (22 jornadas)

▪ CONSEQUÊNCIAS:
- As 8 melhores classificadas jogam a 2ª Fase – Série dos Primeiros (Play-Off)
- Os 9º a 12º disputam a 2ª Fase – Série dos Últimos para ranqueamento e descida de Divisão

● 2ª FASE

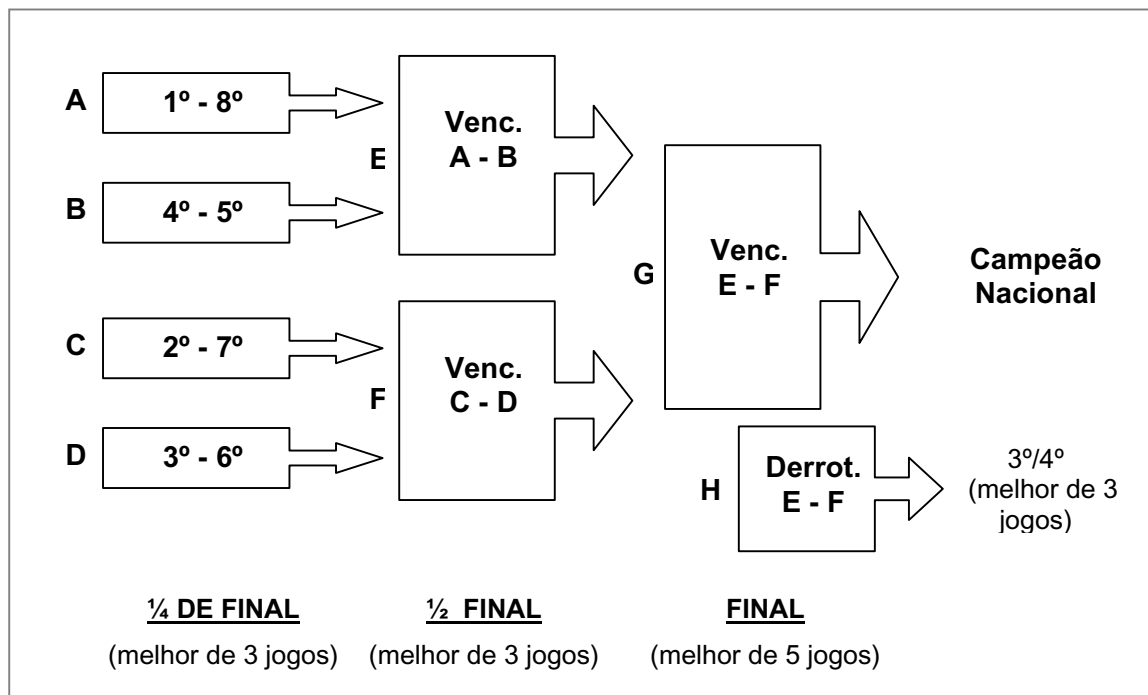
⇒ SÉRIE DOS PRIMEIROS (PLAY-OFF)

▪ PARTICIPANTES:
- 8 melhores classificados da 1ª fase

▪ **FORMA DE DISPUTA:**

- Em sistema de play-off à melhor de 3 jogos (o 1º jogo e o 3º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 1ª Fase), excepto na final, à melhor de 5 jogos (o 1º, 3º jogo e o 5º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 1ª Fase), de acordo com os seguintes esquemas:

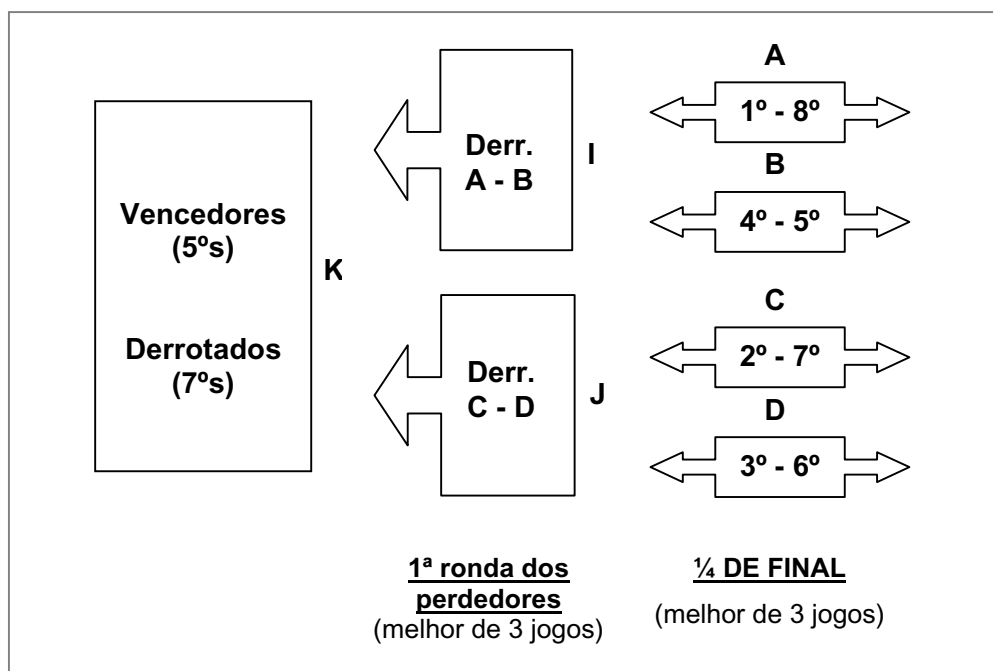
PLAY-OFF A1 MASCULINA – CHAVE DOS VENCEDORES



▪ **CONSEQUÊNCIAS:**

- Os vencedores dos 1/4 de Final jogam a chave dos vencedores
- Os vencidos das 1/2 Finais jogam o apuramento dos 3º e 4º lugar
- O vencedor da final é Campeão Nacional e o vencido 2º Classificado
- Os vencidos dos 1/4 de Final jogam a chave dos perdedores, definindo sucessivamente as classificações de 5º (2 equipas) e 7º (2 equipas).

PLAY-OFF A1 MASCULINA – CHAVE DOS PERDEDORES

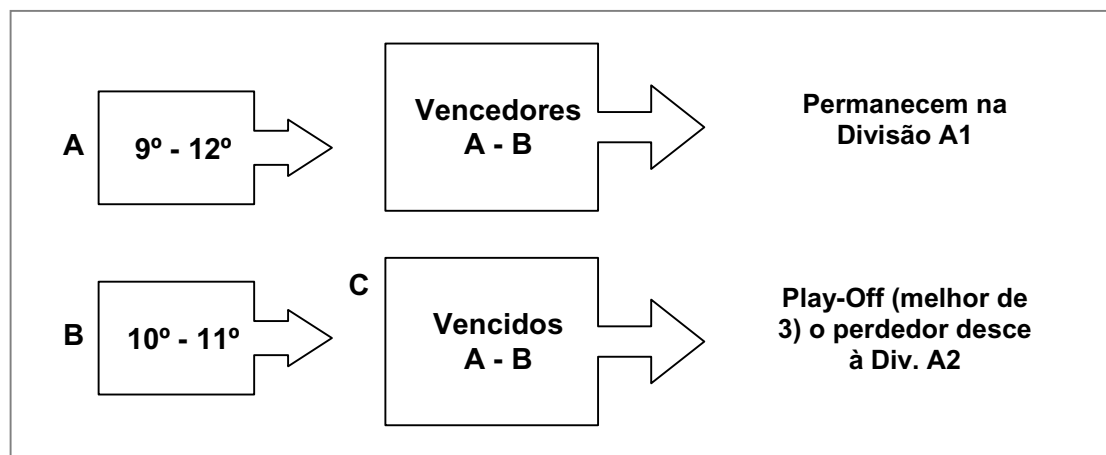




➤ SÉRIE DOS ÚLTIMOS (RANQUEAMENTO)

- PARTICIPANTES:
 - Os 9º a 12º classificados da 1ª Fase
- FORMA DE DISPUTA: (à melhor de 3 jogos) - o 1º jogo e o 3º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 1ª Fase):
 - Jogo A: 9º vs. 12º; Jogo B: 10º vs. 11º
 - Jogo C: Vencedores de A e B de acordo com o esquema abaixo indicado:

2ª FASE – SÉRIE DOS ÚLTIMOS



- CONSEQUÊNCIAS:
 - Vencedor do jogo A e B são o 9ºs classificados que permanecerão na Divisão A1. Os vencidos do jogo A e B jogam entre si o Play-Off (Jogo C). O perdedor desce directamente à Divisão A2.

❑ DIVISÃO A2

● 1ª FASE

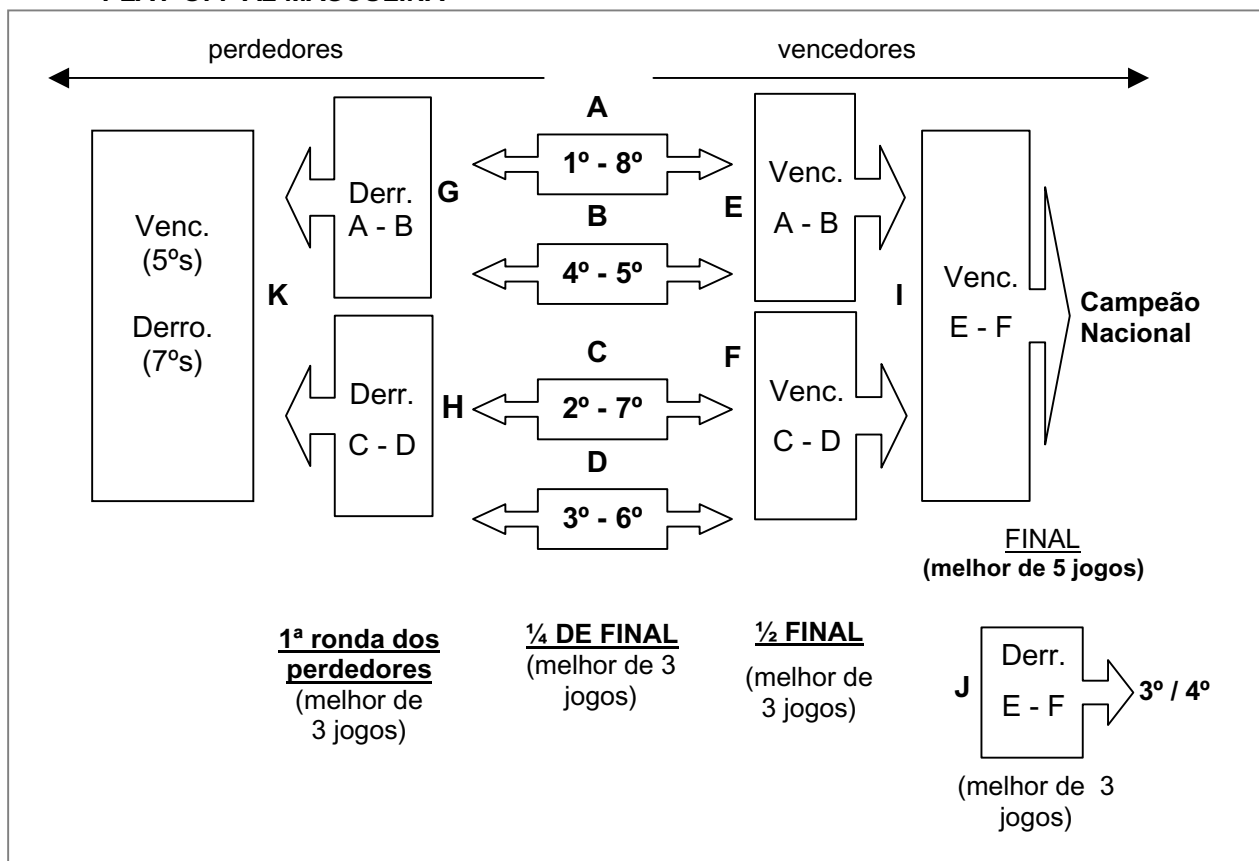
- PARTICIPANTES: 12 equipas
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (22 Jornadas)
- CONSEQUÊNCIAS:
 - As 8 melhores classificadas jogam a 2ª Fase – Série dos Primeiros (Play-Off)
 - Os 9º a 12º jogam a 2ª Fase – Série dos Últimos

● 2ª FASE

➤ SÉRIE DOS PRIMEIROS (PLAY-OFF)

- PARTICIPANTES:
 - 8 melhores classificados da 1ª Fase
- FORMA DE DISPUTA:
 - Em sistema de Play-Off, à melhor de 3 jogos (o 1º jogo e o 3º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 1ª Fase), excepto na Final, à melhor de 5 jogos (o 1º, 3º jogo e o 5º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 1ª Fase), de acordo com o seguinte esquema:

PLAY-OFF A2 MASCULINA



CONSEQUÊNCIAS:

- Os vencedores dos 1/4 de Final jogam a chave dos vencedores
- Os vencidos das 1/2 de Final jogam o apuramento do 3º e 4º lugar
- O vencedor da Final é campeão nacional e ascende à Divisão A1
- Os vencidos dos 1/4 de Final jogam a chave de perdedores, definindo sucessivamente as classificações de 7º (2 equipas) e 5º (2 equipas);

SÉRIE DOS ÚLTIMOS

PARTICIPANTES:

- Os 9º a 12º classificados da 1ª Fase

FORMA DE DISPUTA:

- Todos contra todos a 2 voltas (6 jogos)

CONSEQUÊNCIAS:

- O último classificado desce à II Divisão.

II DIVISÃO

1ª FASE

- **PARTICIPANTES:** 16 equipas do continente – ordenadas geograficamente em duas séries de 8:
- **FORMA DE DISPUTA:**
 - Todos contra todos a 2 voltas (14 jornadas), em cada série.
- As regiões autónomas da Madeira e Açores disputarão a Zona Açores e Madeira para apuramento de um representante de cada região aos Jogos da 3ª Fase (Apuramento de Campeão Nacional).

● 2ª FASE

➤ SÉRIE DOS PRIMEIROS

- PARTICIPANTES:
 - Do 1º ao 4º classificado de cada zona, trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Os quatro primeiros classificados de cada zona, jogam entre si, todos contra todos a 2 voltas (6 jornadas).
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 1º classificado da zona norte e o 1º classificado da zona sul disputam a 3ª Fase - Apuramento do Campeão Nacional, juntamente com os representantes da Madeira e Açores.

➤ SÉRIE DOS ÚLTIMOS

- PARTICIPANTES:
 - Do 5º ao 8º classificados de cada zona, trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas por zona (6 jornadas).
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Os 4ºs classificados de cada Zona descem à III Divisão, sendo que os 3ºs jogam entre si a 2 voltas. Em caso de empate, a equipa vencedora será aquela que obtiver melhor “set average” ou “point average” nos jogos disputados entre si. O perdedor desce à III Divisão caso o Campeão Nacional da II Divisão seja uma das equipas das regiões autónomas da Madeira ou dos Açores.

● 3ª FASE - Apuramento do Campeão Nacional

- PARTICIPANTES:
 - O 1º classificado da zona norte, 1º classificado da zona sul, representante da Zona da Madeira e representante da Zona dos Açores;
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a duas voltas (6 jornadas)
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O vencedor é Campeão Nacional e ascende à Divisão A2

□ III DIVISÃO

● 1ª FASE (Regional)

- PARTICIPANTES:
 - Séries com o mínimo de 5 equipas por região/Associação.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas em cada série.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Apuramento de 16 equipas do continente para a fase zonal. Os derrotados disputarão torneios associativos.

2ª FASE (Zonal)

- PARTICIPANTES:
 - 16 equipas apuradas da 1ª fase, dependendo o nº de apurados por região da totalidade de equipas participantes, agrupadas em duas séries de 8 (Norte e Sul).
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (14 jornadas), em cada série.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Os 1º, 2º e 3º classificados de cada zona, passam à 3ª fase.

• 3ª FASE - disputa de subida de divisão

- PARTICIPANTES:
 - Duas séries de 4 equipas constituídas pelos três primeiros classificados de cada zona (norte/sul) da 2ª fase, mais 1 equipa apurada de cada Região Autónoma (Madeira e Açores), por sorteio.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 1 volta em cada série (3 jornadas em competição concentrada).
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Os primeiros classificados de cada serie sobem automaticamente para a II Divisão (à excepção dos representantes das regiões autónomas da Madeira e Açores) e disputam a 4ª Fase de Apuramento do Campeão Nacional, sendo que os segundos classificados disputam um jogo, em campo neutro, para apuramento dos 3º e 4º classificados.

• 4ª FASE - Apuramento do Campeão Nacional

- PARTICIPANTES:
 - O 1º classificado de cada série da 3ª Fase
- FORMA DE DISPUTA:
 - Poule a 2 voltas para apurar o Campeão Nacional da III Divisão. Em caso de empate a equipa vencedora será aquela que obtiver melhor “set average” ou “point average” nos jogos disputados entre si.

SENIORES FEMININOS

□ DIVISÃO A1

• 1ª FASE

- PARTICIPANTES: 10 equipas
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (18 jornadas)

• 2ª FASE

➡ SÉRIE DOS PRIMEIROS

- PARTICIPANTES:
 - 6 melhores classificados da 1ª fase, trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.

- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (10 jornadas). A existir empate após a disputa de todos os jogos, o 1º critério de desempate será a classificação da 1ª fase.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 1º e 2º classificados disputam a 3ª fase.

➤ **SÉRIE DOS ÚLTIMOS**

- PARTICIPANTES:
 - 7º, 8º, 9º e 10º classificados da 1ª fase trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (6 jornadas). A existir empate após a disputa de todos os jogos, o 1º critério de desempate será a classificação da 1ª fase.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 4º classificado desce à Divisão A2.

● **3ª FASE – “play-off” final para apuramento do Campeão Nacional**

- PARTICIPANTES:
 - 2 equipas vencedoras da 2ª fase, serie dos primeiros.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Jogos à melhor de 5 jornadas. O 1º, 3º jogo e o 5º (se for caso) serão sempre realizados em casa da equipa que obteve melhor classificação na 2ª fase.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 1º classificado é Campeão Nacional

□ **DIVISÃO A2**

● **1ª FASE**

- PARTICIPANTES: 10 do continente
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (18 jornadas)

● **2ª FASE**

➤ **SÉRIE DOS PRIMEIROS -**

- PARTICIPANTES:
 - 1º, 2º, 3º e 4º classificados da 1ª fase, trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a duas voltas (6 jornadas). A existir empate após a disputa de todos os jogos, o 1º critério de desempate será a classificação da 1ª fase.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 1º e 2º classificados disputam a 3ª fase – Apuramento do Campeão Nacional juntamente com os representantes da Madeira e Açores.
- As regiões autónomas da Madeira e Açores disputarão a Serie Açores e Madeira para apuramento de um representante de cada região aos Jogos da 3ª Fase (Apuramento de Campeão Nacional).

➡ SÉRIE DOS ÚLTIMOS

- PARTICIPANTES:
 - 5º ao 10º classificados da 1ª fase, trazendo metade dos pontos conquistados na 1ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a duas voltas (10 jornadas). A existir empate após a disputa de todos os jogos, o 1º critério de desempate será a classificação da 1ª fase.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 10º classificado desce à II Divisão, sendo que o 9º poderá igualmente descer, caso o Campeão Nacional da Divisão A2 seja uma das equipas das regiões autónomas da Madeira ou dos Açores.

● 3ª FASE - Apuramento do Campeão Nacional

- PARTICIPANTES:
 - O 1º e 2º classificados da Serie dos Primeiros e os representantes da Série da Madeira e Serie dos Açores.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a duas voltas (6 jornadas).
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O vencedor é Campeão Nacional e ascende à Divisão A1.

□ II DIVISÃO

● 1ª FASE - Regional

- PARTICIPANTES:
 - Séries com o mínimo de 5 equipas por região/Associação.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas, em cada série.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Apuramento de 12 equipas do continente para a fase zonal nacional. Os derrotados disputarão torneios associativos.

● 2ª FASE - Zonal

- PARTICIPANTES:
 - 12 equipas apuradas da 1ª fase, dependendo o nº de apurados por região da totalidade de equipas participantes, agrupadas em duas séries de 6 (Norte e Sul).
- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 2 voltas (10 jornadas), em cada série.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - Os 1º, 2º e 3º classificados de cada zona passam à 3ª fase.

3ª FASE - apuramento das equipas que disputarão o título de Campeão

- PARTICIPANTES:
 - Duas séries de 4 equipas constituídas pelos três primeiros classificados de cada zona (norte/sul) da 2ª fase, mais 1 equipa apurada de cada Região Autónoma (Madeira e Açores) por sorteio.

- FORMA DE DISPUTA:
 - Todos contra todos a 1 volta em cada série (3 jornadas em regime concentrado).
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O 1º classificado de cada série disputam a 4ª fase de Apuramento do Campeão Nacional, sendo que os segundos classificados disputam um jogo, em campo neutro, para apuramento dos 3º e 4º classificados

● 4ª FASE - apuramento do Campeão Nacional

- PARTICIPANTES:
 - Equipas vencedoras de cada uma das séries da 3ª fase.
- FORMA DE DISPUTA:
 - Poule a duas voltas para apurar o Campeão Nacional da II Divisão. Em caso de empate a equipa vencedora será aquela que obtiver melhor “set average” ou “point average” nos jogos disputados entre si.
- CONSEQUÊNCIAS:
 - O vencedor é Campeão Nacional da II Divisão e ascende à Divisão A2 (à excepção dos representantes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores).

Taça de Portugal

▪ PRÉ-ELIMINATÓRIA

Por inscrição livre para as equipas, acima do limite de **24**, que não disputam as Divisões A1 e A2.

▪ 1ª ELIMINATÓRIA

24 equipas, por sorteio livre:

- As equipas da Divisão A1(continente)
- As equipas da Divisão A2 (continente)
- As equipas vencedoras da Pré-Eliminatória

▪ 2ª ELIMINATÓRIA

12 equipas, por sorteio livre

NOTA: As equipas das Regiões Autónomas da Madeira e Açores apuram o seu representante que entrará directamente nos 1/4 de Final.

▪ 1/4 DE FINAL

8 equipas, por sorteio livre

- Representante da Madeira
- Representante dos Açores
- As 6 equipas apuradas da Fase anterior

▪ 1/2 DE FINAL

4 equipas, por sorteio livre

▪ FINAL

A final será realizada em campo neutro

Esquema de Provas - Formação

INFANTIS E INICIADOS (MASCULINOS E FEMININOS)

1 - (...)

2 - (...)

3 - Às equipas que se apresentem no jogo nas circunstâncias previstas no n.º 2, qualquer que seja o resultado ser-lhes-á sempre atribuída derrota por 0/3 (0/25; 0/25; 0/25) e um ponto no jogo. À outra equipa ser-lhe-á atribuída a vitória por 3/0 (25/0; 25/0; 25/0) e dois pontos por jogo.

CAMPEONATO NACIONAL

INFANTIS, INICIADOS, JUVENIS E JUNIORES

Este campeonato disputa-se em 3 Fases: Zonal, Nacional e Final.

1ª FASE (REGIONAL / ZONAL):

Após inscrição aberta na F.P.V. e em função do número de equipas inscritas e da sua situação geográfica, a F.P.V. estabelecerá o número de zonas regionais / inter-regionais.

- Forma de disputa:

Séries com mínimo de 5 equipas, da responsabilidade da Associação organizadora designada.

- Consequências:

Apuramento de 16 equipas para a Fase seguinte, de acordo com a fórmula estabelecida no Artº 5º do Regulamento de Provas.

2ª FASE: (NACIONAL) – 16 EQUIPAS

As equipas apuradas serão agrupadas em 4 séries de 4 equipas cada.

Tendo em conta a origem das equipas (zonas regionais / inter-regionais), as mesmas serão distribuídas pelas séries por sorteio livre (zona a zona).

- Forma de disputa:

Todos contra todos, a duas voltas, por série.

- Consequências:

A primeira classificada de cada série (4 equipas) disputarão a Fase de Apuramento à Fase Final.

FASE DE APURAMENTO À FASE FINAL: (CONTINENTE) – 4 EQUIPAS

- Forma de disputa:

Todos contra todos, a duas voltas.

Nota: As Regiões Autónomas realizarão a sua fase para apuramento do seu representante de acordo com o estipulado no Regulamento de Provas.

3ª FASE: (FASE FINAL DE APURAMENTO DO CAMPEÃO NACIONAL)

- Participantes: (4)

O 1º e 2º classificado da fase anterior – representantes continentais e os representantes das Regiões Autónomas da Madeira (1) e Açores (1).

Nota:

No caso de alguma das Regiões Autónomas não estar representada, será substituída pelo 3º e/ou 4º classificados da fase anterior;

No caso de ambas as Regiões Autónomas não estarem representadas, a Fase de Apuramento à Fase Final apurará directamente o Campeão Nacional.

▪ Forma de disputa:

Disputada em regime de concentração, todos contra todos, a uma volta, de acordo com o seguinte esquema:

FASE FINAL

- 1º da Fase de Apuramento à Fase Final
- 2º da Fase de Apuramento à Fase Final
- Representante da R.A. Madeira
- Representante da R.A. Açores



▪ Consequências:

O vencedor é o Campeão Nacional

Regulamento de Arbitragem

ARTIGO 3º - COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ARBITRAGEM

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

- s) Definir, em colaboração com o sector de Formação da F.P.V., o Quadro Nacional de Prelectores e nomear os responsáveis pelas acções de formação.

ARTIGO 4º - COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DAS C.R.A.

1 - Compete às Comissões Regionais a representação da Arbitragem Regional, em todos os actos.

2 - (...)

ARTIGO 7º - Quadro de Árbitros

1 - (...)

...

5 - Todos os árbitros terão anualmente que efectuar a sua inscrição no quadro de árbitros, através da Associação da área da sua residência.

6 - (...)

7 - Poderão ser criados, nas Associações, quadros de marcadores para o desempenho específico da função, com carreira autónoma da dos árbitros.

Os árbitros seniores poderão também integrar este Quadro.

ARTIGO 9º - OBRIGAÇÕES DOS ÁRBITROS

1 - (...)

...

7 - Solicitar prévia autorização ao órgão de que depende directamente para efeitos de nomeação; nacionais e internacionais - Conselho de Arbitragem da F.P.V.; regionais, estagiários e seniores - Comissões de Arbitragem das Associações, para arbitrar jogos particulares para que forem

convidados por clubes filiados na F.P.V. caso a entidade organizadora o não tenha feito. O pedido considera-se deferido tacitamente, se não houver resposta no prazo de 5 dias.

8 - (...)

...

ARTIGO 12º - CURSOS DE FORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - Só poderão ser formadores indivíduos pertencentes ao Quadro Nacional de Formadores.

4 - (...)

...

ARTIGO 14º - CATEGORIA DOS ÁRBITROS

1 - (...)

FASE D Categoria especial
- Árbitros Seniores

ARTIGO 15º - CONDIÇÕES DE PROGRESSÃO NA CARREIRA DE ÁRBITROS DE VOLEIBOL E DE VOLEIBOL DE PRAIA

1 - (...)

(...)

8 - Podem integrar a categoria especial de árbitro senior os árbitros regionais, nacionais ou internacionais que tenham atingido o limite de idade, desde que apresentem a necessária aptidão psicossomática.

9 - Qualquer árbitro que, numa época tenha sofrido qualquer punição disciplinar que implique uma suspensão de 2 a 4 semanas inclusive, prolongará por mais 1 ano a permanência na sua categoria, não podendo frequentar nesse prazo, qualquer acção de formação para subida de categoria.

10 - Qualquer árbitro que, numa época tenha sofrido qualquer punição disciplinar que implique uma suspensão superior a 4 semanas, prolongará por mais 3 anos a permanência na sua categoria não podendo, neste prazo, participar em qualquer acção de formação para subida de categoria.

11 - Qualquer árbitro que, numa época, não compareça, 3 ou mais vezes aos jogos para que se encontrava nomeado prolongará por mais 1 ano a permanência na sua categoria não podendo participar nesse prazo em qualquer acção de formação para subida de categoria.

ARTIGO 16º - CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA EM ACTIVIDADE

1 - (...)

2 - (...)

a) Sendo árbitro estagiário, regional, nacional ou senior que não participe, numa época, em pelo menos uma das acções organizadas pelo C.A. ou C.R.A.

b) Sendo árbitro nacional de Voleibol de Praia, não participe nas acções que venham a ser organizadas pelo C.A..

3 - (...)

...

ARTIGO 17º - LIMITE DE IDADE

1 - Os árbitros, independentemente da sua categoria, cessam a sua actividade a 31 de Dezembro do ano em que completarem 55 anos de idade.

No caso dos árbitros seniores o limite de idade é alargado até aos 60 anos.

2 – Excepcionalmente e a pedido do árbitro que se encontre na situação do número anterior poderá este manter-se em actividade até ao final da época desportiva em curso.

ARTIGO 18º - CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO

1 - (...)

2 - As nomeações para as provas regulares, deverão ser feitas com a antecedência mínima de 08 dias.

ARTIGO 20º - NÍVEIS DE INTERVENÇÃO COMPETITIVA

1 - (...)

2 - (...)

3 - Os níveis de intervenção competitiva correspondem à categoria dos árbitros, ou seja; provas regionais: árbitros estagiários, regionais ou seniores e provas nacionais: árbitros nacionais e internacionais.

Em casos excepcionais, como falta de árbitros, e de forma concertada com as C.R.A., o C.A. poderá utilizar árbitros regionais para arbitrar provas nacionais.

4 - (...)

Eliminados os pontos n. 5, 6, 7, 8 e 9, passando o ponto n.º 10 a n.º 5

5 - O C.A. pode intervir, em casos plenamente justificados, de forma concertada com o Presidente da F.P.V., nas nomeações nacionais feitas directamente pela C.E.V e F.I.V.B..

ARTIGO 21º - ESCALONAMENTO DOS ÁRBITROS

1 - Até ao início de cada época, com referência à época anterior, o C.A. elabora uma lista com o escalonamento dos árbitros nacionais / internacionais (de Voleibol e de Voleibol de Praia).

2 - (...)

...

Regulamento de Disciplina

ARTIGO 25º - PENAS APLICÁVEIS

1 - As infracções cometidas pelas pessoas mencionadas no artigo anterior, são punidas com as penas previstas nos Artigos 19º a 22º.

2 - (...)

3 - (...)

ARTIGO 37º - RESPONSABILIDADE DOS CLUBES

1 - (...)

2 - (...)

3 - A participação de jogadores, ou dirigentes de algum clube em distúrbios, injúrias, coacções ou falta de colaboração com o arbitro para conseguir que o jogo decorra sem incidentes, dará lugar independentemente da sanção aplicada àqueles, a multa para o clube até 250,00 € .

ARTIGO 41º - ALTERAÇÕES DA ORDEM

1 - (...)

2 - De todos os actos de coacção ou violência que se produzam num recinto contra a equipa visitante ou contra algum elemento da equipa de arbitragem, será responsável o Clube local que, independentemente das demais sanções aplicáveis individualmente, será punido da forma seguinte:

- a) Pela atitude incorrecta do público manifestada por actos contrários aos deveres de hospitalidade para com a equipa visitante, injúrias aos jogadores, lançamento de objectos

contra uns ou outros que não cheguem a produzir dano directo, entrada de espectadores no terreno do jogo ou qualquer acto de coacção contra jogadores ou árbitros, com multa até 500,00 € e interdição do recinto desportivo até quatro jogos

b) Pela agressão por uma ou mais pessoas não identificadas, diluídas na massa do público, lançamento de objectos causando dano a jogadores, árbitros ou dirigentes das equipas, tanto no recinto do jogo como nas suas imediações, com multa até 1.000,00 € e interdição do recinto desportivo até oito jogos.

c) Pela agressão colectiva contra jogadores ou árbitros, tanto no recinto do jogo como à saída deste, com multa até 5.000,00 € e interdição do recinto desportivo até vinte jogos.

3 - (...)

4 - (...)

ARTIGO 47º - FALTAS COMETIDAS EM CAMPO

1 - (...)

2 - Todavia, sempre que das circunstâncias em presença resulte que a sanção aplicável ultrapasse as penas de suspensão de actividade por um período superior a um mês e meio, ou interdição de recintos desportivos, o Conselho Disciplinar não poderá punir o infractor, sem instauração de prévio processo disciplinar.

ARTIGO 63º - ACUSAÇÃO

Se o instrutor entender que existem indícios suficientes da prática da infracção, ou se o Conselho Disciplinar lho ordenar nos termos do nº 2 do Artigo 62º, deverá no prazo de 3 dias deduzir acusação contra o infractor, articulando com possível e necessária discriminação, as faltas que reputar averiguadas, com referência aos preceitos regulamentares infringidos.

CAPÍTULO IV

DOS PROTESTOS

(artigos 74.º a 80.º) – Revogados. Regime previsto no Regimento do Conselho Disciplinar

CAPÍTULO V

RECURSOS

(artigos 81.º a 98.º) – Revogados. Regime previsto no Regimento do Conselho Jurisdicional

Regimento do Conselho Disciplinar

ARTIGO 1º - NATUREZA E COMPOSIÇÃO

1 - O Conselho Disciplinar é um órgão de natureza disciplinar e jurisdicional, constituído por 5 (cinco) membros eleitos em Assembleia Geral.

2 - O Conselho Disciplinar tem um presidente e 4 (quatro) vogais, podendo assessorar-se de técnicos com conhecimentos específicos nas matérias a apreciar.

ARTIGO 2º - FUNCIONAMENTO

1 - O Conselho Disciplinar funciona em reunião dos seus membros, sendo secretariado por pessoa idónea, indicada pela Direcção da Federação.

2 - (...)

ARTIGO 3º - REUNIÕES

1 - O Conselho Disciplinar reúne ordinariamente, de acordo com o expediente recebido e, extraordinariamente, convocado pelo seu Presidente.

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

ARTIGO 6º - VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

- 1 - As deliberações do Conselho Disciplinar só são válidas quando tomadas com a presença da maioria dos seus membros e por maioria de votos, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º.
- 2 - (...)

ARTIGO 15º - RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE

(...)

ARTIGO 16º - DISTRIBUIÇÃO

- 1 - (...)
- 2 - Estão sujeitos a distribuição os processos referidos nas alíneas anteriores do n.º 1, a qual é feita pelos membros do Conselho Disciplinar em função de uma escala, que obedecerá à ordem alfabética do primeiro nome de cada membro e à ordem de entrada do expediente na secretaria.
- 3 - (...)
- 4 - (...)

ARTIGO 20º - APRESENTAÇÃO DE PAPÉIS E DOCUMENTOS

1 - (...)

...

- 5 - Na falta de cópias, será o faltoso notificado, pagando a multa prevista no Art. 36.º, alínea b).
- 6 - (...)

ARTIGO 21º - PRAZOS

- 1 - Os prazos previstos neste Regimento são peremptórios e contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais.
- (...)
- 6 - A publicação de comunicado oficial presume-se feita no dia posterior à sua expedição, que deverá ser feita para as associações distritais ou regionais e para os sócios agregados, através de carta registada ou telecópia.

ARTIGO 23º - LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ

- 1 - (...)
- 2 - O litigante de má fé será condenado na multa prevista no Art. 36.º, alínea a).

PARTE V - PROTESTOS

ARTIGO 26º - ADMISSIBILIDADE

Os Clubes apenas podem protestar a validade dos jogos com base nos seguintes fundamentos:

- a) errada utilização de jogadores;
- b) utilização de recintos de jogo em condições irregulares;
- c) erros técnicos de arbitragem.

ARTIGO 27º - MOMENTO EM QUE DEVEM SER FEITOS OS PROTESTOS

- 1 - As declarações de protesto baseadas em infracções referentes a errada utilização de jogadores podem ser apresentadas até ao 2º dia útil após o termo do respectivo jogo.
- 2 - As declarações de protesto sobre as condições do recinto devem ser efectuadas perante o árbitro, antes do início do jogo ou, se incidirem sobre factos ocorridos durante a marcha do jogo, na primeira paragem que se verificar após a ocorrência.
- 3 - As declarações de protesto com fundamento em erros de arbitragem devem ser feitos nos termos das regras oficiais da F.I.V.B. em vigor.

ARTIGO 28º - LEGITIMIDADE

- 1 - Só podem protestar a validade do jogo com fundamento nas alíneas b) e c) do Artigo 26º, os Clubes ou Clube nele intervenientes.
- 2 - Relativamente aos protestos com fundamento na alínea a) do Artigo 26º, podem igualmente protestar a validade do jogo quaisquer Clubes que beneficiem com a sua anulação.

ARTIGO 29º - FORMA DOS PROTESTOS

1 - Os protestos com fundamento em errada utilização de jogadores devem ser feitos em papel timbrado do Clube, sem qualquer forma especial e devem ser entregues na Federação pessoalmente ou enviados por carta registrada.

2 - Os demais protestos devem ser feitos junto do árbitro de acordo com as regras oficiais da F.I.V.B. em vigor.

ARTIGO 30º - ALEGAÇÕES CONFIRMATIVAS DO PROTESTO

1 - Nos 2 dias posteriores à declaração do protesto devem dar entrada na Federação as respectivas alegações.

2 - Se, nesse prazo não forem apresentadas as alegações, o protesto não será aceite por não confirmado.

ARTIGO 31º - NÃO CONFIRMAÇÃO

1 - Se qualquer protesto não for confirmado o Clube reclamante será punido com a multa até 150,00 €.

2 - Em caso de reincidência o Clube será punido com multa até 500,00 €.

ARTIGO 32º - CAUÇÃO

1 - Até ao termo do prazo para apresentação das alegações deve o Clube reclamante depositar na Federação uma caução de 100,00 €.

2 - Essa Caução ser-lhe-á restituída se o protesto for julgado procedente.

3 - Se, nos termos do nº 1, não for prestada a caução, o protesto não será recebido, entendendo-se que não foi confirmado.

ARTIGO 33º - TRAMITAÇÃO

1 - Apresentadas as alegações e efectuada a distribuição, a Secretaria junta cópia do Boletim de Jogo e do Relatório do Árbitro e do Delegado se os houver.

2 - Se a petição estiver em condições de ser recebida, o relator ordenará a realização das diligências que repute necessárias ou a junção de quaisquer meios de prova admissíveis.

ARTIGO 34º - MEIOS DE PROVA

1 - Nos protestos com fundamento em irregulares condições do recinto de jogo são permitidos todos os meios de prova.

2 - Nos protestos com fundamento em erros técnicos de arbitragem, apenas é permitido ao Clube protestante requerer a tomada de declarações aos membros da equipa de arbitragem, dos delegados ao jogo, se os houver, e aos delegados dos Clubes intervenientes.

3 - O relator poderá, contudo, ordenar oficiosamente quaisquer outras diligências tendentes ao apuramento da matéria sob protesto.

ARTIGO 35º - PRAZO PARA JULGAMENTO

Os protestos apresentados serão julgados, num prazo razoável, a contar da sua confirmação.

ARTIGO 36º - NOTIFICAÇÃO

As deliberações do Conselho Disciplinar referentes aos protestos serão notificadas, no prazo de três dias, por qualquer forma escrita que ateste a sua emissão e recepção.

ARTIGO 37º - REGIME SUPLETIVO

Em tudo o que não estiver expressamente regulado, aplica-se o disposto para os processos de recurso.

PARTE VI - CUSTAS

ARTIGO 38º - REGRAS DE CUSTAS

1 - (...)

2 - Os incidentes e reclamações serão tributados entre um oitavo e metade da taxa de justiça.

3 - (...)

ARTIGO 39º - CUSTAS

(...)

ARTIGO 40º - ISENÇÃO DE CUSTAS

(...)

ARTIGO 41º - PREPAROS

1 - (...)

2 - Nos incidentes e reclamações não é devida taxa de justiça inicial.

ARTIGO 42º - OPORTUNIDADE DO PAGAMENTO DA TAXA DE JUSTIÇA

1 - (...)

...

3 - A falta de pagamento oportuno da taxa de justiça inicial no recurso de revisão implicará a fixação da multa prevista no Art. 36.º, alínea c), a qual acrescerá à taxa de justiça em falta, que deverá ser paga no prazo fixado pelo relator, sob a comunicação dos números seguintes.

...

ARTIGO 43º - MULTAS

O relator fixará a multa:

a) (...)

b) (...)

c) por falta de pagamento oportuno de preparos ou taxa de justiça inicial: entre 1 UC e 4 UC, reduzido a metade no caso de indeferimento liminar.

ARTIGO 44º - CONTA DE CUSTAS E PAGAMENTO

(...)

ARTIGO 45º - FALTA DE PAGAMENTO DE CUSTAS E MULTAS

1 - (...)

2 - Sendo o devedor árbitro, treinador, médico, qualquer outro agente desportivo individual, dirigente ou empregado, o disposto no número anterior impede-o automaticamente de desempenhar qualquer actividade de natureza desportiva no âmbito da F.P.V., ao serviço de qualquer clube, sócio ordinário ou agregado da F.P.V., enquanto não estiver feito aquele pagamento, sendo de imediato cancelada a sua inscrição, daí decorrendo as necessárias consequências legais e desportivas.

ARTIGO 46º - DIREITO SUBSIDIÁRIO

(...)

ARTIGO 47º - ENTRADA EM VIGOR

(...)

Regimento do Conselho Jurisdicional

ARTIGO 1º - NATUREZA E COMPOSIÇÃO

1 - (...)

2 - O Conselho Jurisdicional é composto por um Presidente, licenciado em Direito, e quatro vogais.

Eliminado ponto 3

ARTIGO 2º - FUNCIONAMENTO

1 - O Conselho Jurisdicional funciona em reunião dos seus membros, sendo secretariado pelo Director do Serviço de Contencioso da F.P.V. ou por quem o substitua.

2 – Das decisões interlocutórias no âmbito do Conselho Jurisdicional caberá reclamação, nos termos gerais, para aquele.

3 – (...)

ARTIGO 11º - CONTENCIOSO DISCIPLINAR

1 - Compete ao Conselho Jurisdicional conhecer e julgar os recursos das deliberações do Conselho Disciplinar da F.P.V., bem como as reclamações mencionadas no n.º 2 do artigo 2.º.

2 – (...)

ARTIGO 16º - DISTRIBUIÇÃO

1 - A distribuição dos processos é feita em função duma escala que obedecerá à ordem alfabética dos primeiros nomes de cada um dos membros do Conselho e à ordem de entrada do expediente na Secretaria da F.P.V., sem prejuízo de impedimento justificado de qualquer um daqueles membros, caso em que a distribuição dos processos se processará naqueles exactos termos para o(s) membro(s) imediatamente a seguir.

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

ARTIGO 19º - LEGITIMIDADE

1 - Os recursos só podem ser interpostos pelas pessoas ou entidades a quem as penas tenham sido aplicadas, ou pelos titulares de um interesse directo, pessoal e legítimo na decisão de cada pleito.

2 - Das deliberações referentes a protestos com fundamento nas alíneas b) e c) do Artigo 26º, poderão recorrer os Clubes intervenientes no jogo.

3 - Das decisões referentes a protestos com fundamento na alínea a) do Artigo 26º poderão recorrer todos os Clubes que sejam prejudicados com a decisão.

4 - É permitido aos Clubes representar os seus praticantes, dirigentes, técnicos e funcionários na interposição e instrução dos recursos que a estes digam respeito.

Eliminado TÍTULO II - RECORRIBILIDADE E INTERESSE PROCESSUAL

Eliminado ARTIGO 21º e 22º sendo os artigos seguintes reenumerados

TÍTULO II

DA FALTA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

ARTIGO 21º - SANAÇÃO

(...)

ARTIGO 23º - PRAZOS

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 - A publicação presume-se feita no dia seguinte à expedição do Comunicado Oficial, que deverá ser feita para as Associações Distritais ou Regionais e demais sócios agregados através de carta registada ou fax, vinculando esta presunção todos os agentes desportivos inscritos nessas entidades.

5 – (...)

ARTIGO 24º - CITAÇÃO

1 - A citação pode ser feita pessoalmente ou por qualquer forma escrita que permita comprovar a sua realização.

2 - A citação de dirigente de Clube ou de interessado com vínculo de qualquer natureza a um Clube é feita em nome próprio para a sede do Clube que ele representa.

TÍTULO II - DOS RECURSOS

CAPÍTULO I – TIPOS DE RECURSOS

ARTIGO 30º - RECURSOS ORDINÁRIOS OU DE REVISÃO

1 - Os recursos podem ser ordinários ou de revisão.

2 - O recurso de revisão só pode ser interposto depois de transitada em julgado a deliberação que se pretende impugnar, e desde que o recorrente invoque e apresente circunstâncias ou meios de prova susceptíveis de demonstrar a inexistência dos factos que influíram decisivamente na condenação e que não pudessem ter sido utilizados no processo disciplinar ou de inquérito.

CAPÍTULO II - PRAZOS E EFEITOS

ARTIGO 31º - PRAZOS

1 - Os recursos ordinários devem ser interpostos no prazo de 4 ou 6 dias após a notificação aos interessados da deliberação do órgão recorrido, consoante o recorrente seja domiciliado no Continente ou nas Regiões Autónomas.

2 – Os recursos de revisão podem ser interpostos a todo o tempo, desde que o recorrente não tivesse possibilidade de conhecer as circunstâncias invocadas há mais de quinze dias.

ARTIGO 32º - EFEITOS

Todos os recursos têm efeito meramente devolutivo, apenas podendo o órgão recorrido fixar efeito suspensivo quando entenda, de forma justificada, que a atribuição do efeito devolutivo pode causar prejuízos irreparáveis ou o descrédito da modalidade.

CAPÍTULO III – FORMA DE INTERPOSIÇÃO

ARTIGO 33º - FORMA DE INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS

1 - A interposição dos recursos, juntamente com as respectivas alegações, tem que ser feita por escrito perante o órgão que proferiu a deliberação recorrida, nos termos previstos no artigo 40º do presente Regimento.

2 - O recurso de revisão será sempre interposto perante o Conselho Disciplinar da Federação, ainda que o processo disciplinar ou de inquérito tenha sido objecto de qualquer outro recurso.

CAPÍTULO IV – DO RECEBIMENTO DO RECURSO

ARTIGO 34º - ADMISSIBILIDADE

As deliberações do Conselho Disciplinar que apliquem quaisquer sanções correspondentes a faltas cometidas em campo, são susceptíveis de recurso, sempre:

- a) que apliquem sanções disciplinares individuais que excedam 10 jogos ou 10 semanas de suspensão;
- b) que apliquem qualquer sanção económica a indivíduos ou Clubes;
- c) que determinem a interdição de qualquer recinto de jogo.

ARTIGO 35º - NÃO RECEBIMENTO DE RECURSO

1 – O órgão recorrido não deverá receber os recursos sempre que:

- a) entenda que, nos termos do artigo 34º, a deliberação não admite recurso;
- b) o recurso tenha sido interposto fora de prazo;
- c) o recorrente não tenha legitimidade para recorrer;
- d) não tenha sido depositada a caução.

2 - O recurso de revisão não será, ainda, recebido quando se reconheça que não há motivo para revisão.

ARTIGO 36º - NOTIFICAÇÃO

O recorrente só é notificado, por escrito, do despacho que não admitiu o recurso interposto.

ARTIGO 37º - RECLAMAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DO RECURSO

1 - Do despacho que não admite o recurso pode sempre o recorrente reclamar perante o órgão que seria competente para dele conhecer.

2 - O prazo para a reclamação será de 3 dias a contar da notificação a que se refere o Artigo 36º.

3 - O órgão que seria competente para conhecer do recurso deliberará, em definitivo, se o recurso deve ou não ser recebido.

ARTIGO 38º - ALEGAÇÕES

A não apresentação das alegações no prazo referido no nº 1 do Artigo 31º torna o recurso deserto.

ARTIGO 39º - CONSULTA DO PROCESSO

Até ao termo do prazo para alegações, os recorrentes podem consultar livremente os processos de que constam as decisões recorridas, na Secretaria da F.P.V. e durante as horas de expediente, directamente ou por intermédio de um Director devidamente credenciado para o efeito, o qual poderá fazer-se acompanhar por duas pessoas.

CAPÍTULO V - ARTICULADOS

ARTIGO 40º - REQUERIMENTO INICIAL

1 - Os recursos interpõem-se mediante a apresentação da petição nos termos do artigo 22º dirigida ao Presidente do Conselho Jurisdicional, com a enunciação do acto recorrido, a menção do seu autor, a identificação dos interessados a quem o recurso possa, directa ou indirectamente prejudicar, os fundamentos de facto e de direito e a formulação de conclusões e do pedido.

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

ARTIGO 44º - PRAZO DA CONTESTAÇÃO

A contestação deve ser apresentada no prazo fixado no artigo 31º, contado a partir da sua citação.

ARTIGO 45º - FORMA DA CONTESTAÇÃO

À contestação, na qual o recorrido deve indicar, de forma articulada, todos os fundamentos de facto e de direito da sua defesa, aplica-se com as devidas adaptações, o disposto nos números 2 e 4 do artigo 40º.

Eliminados Antigos Artigo 43º e Artigo 44º

ARTIGO 51º - INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DOS RECURSOS DE REVISÃO

1 - Quando a Direcção da Federação entender haver motivo para revisão, autuará o requerimento do recurso e procederá às diligências requeridas.

2 - Findas estas diligências, elaborará um parecer que, conjuntamente com o processo, remeterá ao Conselho Jurisdicional que, em última instância deliberará pela procedência ou improcedência do recurso.

CAPÍTULO VII - DA DECISÃO

ARTIGO 52º - ACÓRDÃO

1 – (...)

Eliminado o ponto 2

2 (antigo n.º 3) - O acórdão será a expressão da decisão final, considerando-se como tal a que obteve a necessária maioria.

Eliminado ponto 4

ARTIGO 55 º - IMPUGNAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO JURISDICIONAL

As deliberações do Conselho Jurisdicional da F.P.V. só poderão ser impugnadas nos termos da Lei.

PARTE VI - DAS CUSTAS

ARTIGO 56º - REGRA DE CUSTAS

1 - Todos os processos que corram perante o Conselho Jurisdicional, bem como os seus incidentes ou reclamações àqueles inerentes, estão sujeitos a tributação em custas, em cujo pagamento será condenada a parte vencida.

2 - (...)

ARTIGO 59º - DOS PREPAROS

1 - (...)

2 - Nos incidentes e reclamações não há preparos.

ARTIGO 60º - OPORTUNIDADE DOS PREPAROS

1 - (...)

2 - A falta de pagamento oportuno do preparo torna o recurso deserto.

Eliminados ponto 3 e 4

3 (antigo n.º5) - Se o processo for objecto de indeferimento liminar, o relator condena o recorrente em multa a fixar entre um terço da unidade de conta e duas unidades de conta.

4 (antigo n.º 6) - Sempre que entenda conveniente, poderá o relator, mediante informação dos serviços e em despacho fundamentado, ordenar que as partes efectuem preparos até ao pagamento total das custas prováveis, calculadas pela secretaria nos termos do artigo 57º.

ARTIGO 62º - FALTA DE PAGAMENTO

1 - A falta de pagamento, no prazo referido no artigo anterior, das multas e custas em que as partes sejam condenadas, obstará a que, enquanto perdurar, os serviços recebam quaisquer novos contratos ou compromissos desportivos na categoria em causa no respectivo processo e determina o cancelamento dos existentes, no final da época, em que intervenham os responsáveis por aquele pagamento, quando se tratar de Clubes ou Jogadores. No caso de se tratar de árbitros, dirigentes, treinadores, secretários-técnicos, médicos, massagistas, auxiliares técnicos e empregados ou quaisquer outros agentes, a falta de pagamento inibi-los-á para o desempenho de qualquer actividade ao serviço de organismos desportivos da modalidade, sendo de imediato cancelada a sua inscrição, daí decorrendo as necessárias consequências legais e desportivas.

2 - (...)

PARTE VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 64º - REGRA GERAL DA SUBSIDIARIEDADE

Nos casos omissos, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas e princípios constantes do Código de Processo Civil e aquelas para que este Código remeter, não havendo, contudo, lugar a mais quaisquer articulados que os expressamente previstos neste Regimento.

Regulamento de MiniVoleibol

REGRA 14 - O BATIMENTO DA BOLA

Eliminado Artigo 5º

REGRA 19 - RESULTADO DO JOGO

(...)

ARTº 5º - Se no final de uma prova ou torneio, houver empates entre duas ou mais equipas, a classificação será ordenada do seguinte modo: A que tiver melhor quociente entre pontos ganhos e perdidos.

Subsistindo o empate, a classificação é ordenada do seguinte modo:

1) No caso de serem duas equipas:

- a) a que tiver maior pontuação classificativa nos jogos disputados entre si
- b) a que tiver maior diferença entre pontos ganhos/perdidos entre si

2) No caso de serem mais que duas equipas

a) a que tiver maior numero de pontos nos jogos disputados entre elas

Eliminado o Artº 6º

CAPITULO V – ENCONTRO NACIONAL

REGRA 20 - ORGANIZAÇÃO

A Federação Portuguesa de Voleibol organizará anualmente o Encontro Nacional de MiniVoleibol – Escalão B Masculino e Feminino, para a atribuição dos respectivos titulos de Campeões Nacionais

REGRA 21 - PARTICIPAÇÃO

ARTº 1 - Só poderão participar neste encontro as Associações Regionais que tenham pelo menos 3 equipas de MiniVoleibol Escalão B, devidamente filiadas ou que tenham organizado ou participado em pelo menos um Encontro Regional.

ARTº 2 – A F.P.V. definirá o numero de equipas que cada Associação pode apurar para o Encontro Nacional através do número total de equipas filiadas em cada Associação Regional.

Regulamento do Campeonato Nacional de Duplas de Voleibol de Praia – Juniores Sub/20

Eliminado ponto 9 do artigo 4º

Classificações

05-06-2006

FPV - Gestão do Voleibol

CAMP.NAC. 3º DIV. SENIORES MASC.- 2ª FASE - SUL

			Jogos		Pontos	Sets			Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
CPICADA	A	12	12	0	24	36	7	5.143	1040	775	1.342
FONTAIN	A	12	9	3	21	30	9	3.333	923	608	1.518
CPAVISE	A	12	9	3	21	31	13	2.385	983	800	1.229
CBTOMAR	A	11	5	6	16	17	20	0.850	748	809	0.925
JUVENAC	A	12	3	9	15	14	28	0.500	821	908	0.904
GDANDRE	A	12	2	10	14	8	32	0.250	717	930	0.771
CN ABRA	A	11	1	10	10	4	31	0.129	465	867	0.536

CAMP.NAC.INFANTIS MASC.-FASE FINAL-AP.CAMPEÃO NAC.

			Jogos		Pontos	Sets			Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
ESMO GC	.	6	6	0	12	18	2	9.000	492	338	1.456
ALA ALV	.	6	3	3	9	13	9	1.444	476	449	1.060
GDCGUEI	.	6	3	3	9	9	14	0.643	482	494	0.976
SMAMEDE	.	6	0	6	6	3	18	0.167	330	499	0.661

CAMP.NAC.SENIORES FEM.-DIV. A1-3ª FASE-J.P.A1/A2

			Jogos		Pontos	Sets			Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
C LOBOS	A	10	9	1	19	27	5	5.400	783	587	1.334
VILACON	A	10	8	2	18	26	9	2.889	818	642	1.274
FAC	A	10	6	4	16	21	17	1.235	838	768	1.091
LUSOFVC	A	10	5	5	15	16	21	0.762	750	794	0.945
CLUB K	A	10	2	8	12	12	26	0.462	687	848	0.810
A.A.C	A	10	0	10	10	6	30	0.200	612	849	0.721

CAMP.NAC.INICIADOS MASC.FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos	Sets			Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
ESMO GC	.	6	5	1	11	17	9	1.889	569	522	1.090
LEIXOES	.	6	4	2	10	15	11	1.364	592	509	1.163
CIRLARA	.	6	3	3	9	14	12	1.167	542	565	0.959
C GAIA	.	6	0	6	6	4	18	0.222	421	528	0.797

CAMP.NAC.INFANTIS FEM.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos	Sets			Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
ESCLAMA	.	6	6	0	12	18	3	6.000	504	364	1.385
JUVPACE	.	6	4	2	10	15	7	2.143	516	414	1.246
ANCOREN	.	6	2	4	8	7	13	0.538	375	449	0.835
EANESLA	.	6	0	6	6	1	18	0.056	297	465	0.639

Classificações

06-06-2006

FPV - Gestão do Voleibol

CAMP.NAC.INFANTIS FEM.-3ª FASE-CAMPEÃO NACIONAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
ESCLAMA	.	3	3	0	6	9	1	9.000	245	163	1.503
JUVPACE	.	3	2	1	5	7	3	2.333	224	173	1.295
C LOBOS	.	3	1	2	4	3	8	0.375	168	247	0.680
ANCOREN	.	3	0	3	3	2	9	0.222	185	239	0.774

CAMP.NAC.3ªDIV.SEN. MASC.-APURAMENTO 3º/4º LUGAR

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
FONTAIN	A	1	1	0	2	3	0	MAX	75	0	75.000
BVFAIAL	A	1	0	1	0	0	3	0.000	0	75	0.000

CAMP.NAC.INICIADOS MASC.-3ª FASE- CAMPEÃO NAC.

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
ESMO GC	.	3	3	0	6	9	2	4.500	259	170	1.524
LEIXOES	.	3	2	1	5	8	3	2.667	243	183	1.328
ANGRAVC	.	3	1	2	4	3	6	0.500	178	184	0.967
VC FUNC	.	3	0	3	3	0	9	0.000	82	225	0.364

CAMP.NAC.3ª DIV. SENIORES MASC.- CAMPEÃO NACIONAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
UMADEIR	A	2	2	0	4	6	1	6.000	183	169	1.083
A.A.C	B	2	0	2	2	1	6	0.167	169	183	0.923

CAMP.NAC.INICIADOS FEM.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
JUVPACE	.	6	4	2	10	15	7	2.143	524	441	1.188
LEIXOES	.	6	4	2	10	14	10	1.400	529	508	1.041
AVCLUBE	.	6	4	2	10	13	10	1.300	500	451	1.109
SMAMEDE	.	6	0	6	6	3	18	0.167	353	506	0.698

CAMP.NAC.INICIADOS FEM.-FASE FINAL-AP.CAMPEÃO NAC.

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
LEIXOES	.	3	3	0	6	9	2	4.500	263	183	1.437
JUVPACE	.	3	2	1	5	8	3	2.667	249	191	1.304
CSMADEI	.	3	1	2	4	3	7	0.429	181	231	0.784
CPRIBEI	.	3	0	3	3	1	9	0.111	159	247	0.644

FPV - Gestão do Voleibol

CAMP.NAC.JUVENIS MASC.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
LEIXOES	A	6	5	1	11	17	7	2.429	570	497	1.147
SCE	A	6	4	2	10	14	12	1.167	543	539	1.007
ESMO GC	A	6	3	3	9	14	13	1.077	603	587	1.027
AA ESPI	A	6	0	6	6	5	18	0.278	473	566	0.836

CAMP.NAC.JUVENIS FEM.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
SCE	A	4	3	1	7	11	4	2.750	330	319	1.034
JUVPACE	A	4	2	2	6	8	8	1.000	354	344	1.029
FREIGIL	A	4	1	3	5	3	10	0.300	291	312	0.933

CAMP.NAC.JUVENIS MASC.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
LEIXOES	A	6	5	1	11	17	7	2.429	570	497	1.147
SCE	A	6	4	2	10	14	12	1.167	543	539	1.007
ESMO GC	A	6	3	3	9	14	13	1.077	603	587	1.027
AA ESPI	A	6	0	6	6	5	18	0.278	473	566	0.836

CAMP.NAC.JUNIORES FEM.-FASE APURAMENTO FASE FINAL

			Jogos		Pontos		Sets		Pontos Sets		
		Total	Vitórias	Derrotas		Sets +	Sets -	Ratio	Pontos +	Pontos -	Ratio
SCBRAGA	.	6	6	0	12	18	5	3.600	537	425	1.264
ESMO GC	.	6	4	2	10	14	6	2.333	461	400	1.153
BOAVIST	.	6	2	4	8	9	14	0.643	467	494	0.945
LUSOFVC	.	6	0	6	6	2	18	0.111	340	486	0.700

Multas Aplicadas a Clubes

1 – Artigo 33º do Regulamento de Provas (Envio de Boletim de Jogo) € 2.50

Jogo nº	1912 -	Famalicense AC	2.50	€
Jogo nº	1915 -	GC Vilacondense	2.50	€
Jogo nº	1917 -	CSD Câmara Lobos	2.50	€
Jogo nº	1918 -	CSD Câmara Lobos	2.50	€
Jogo nº	1919 -	Famalicense AC	2.50	€
Jogo nº	1922 -	CSD Câmara Lobos	2.50	€
Jogo nº	1923 -	GC Vilacondense	2.50	€
Jogo nº	2046 -	Académico VC	2.50	€

2 – Artigo 35º do Regulamento de Provas (Não Apresentação de Licenças) € 1.00

Jogo nº	1904 -	Famalicense AC	4.00	€
Jogo nº	1912 -	Famalicense AC	4.00	€
Jogo nº	1919 -	Famalicense AC	4.00	€
Jogo nº	1923 -	Famalicense AC	4.00	€
Jogo nº	1940 -	Colégio de Gaia	1.00	€
Jogo nº	1941 -	Colégio de Gaia	1.00	€
Jogo nº	1954 -	Ag. Esc. Pedro Eanes Lobato	1.00	€
Jogo nº	1965 -	AD Marista	1.00	€
Jogo nº	2020 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2022 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2023 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2026 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2028 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2030 -	EDC Gondomar	1.00	€
Jogo nº	2030 -	Clube Ana	1.00	€
Jogo nº	2031 -	EDC Gondomar	1.00	€
Jogo nº	2032 -	Clube Ana	1.00	€
Jogo nº	2033 -	Clube Ana	1.00	€
Jogo nº	2034 -	EDC Gondomar	1.00	€
Jogo nº	2059 -	Académico VC	2.00	€
Jogo nº	2069 -	Lusófona VC	1.00	€
Jogo nº	2070 -	Boavista FC	1.00	€
Jogo nº	2071 -	Lusófona VC	1.00	€
Jogo nº	2073 -	Lusófona VC	1.00	€
Jogo nº	2077 -	AM Portela	1.00	€
Jogo nº	2120 -	VC Funchal	1.00	€
Jogo nº	2121 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2122 -	SC Espinho	1.00	€
Jogo nº	2123 -	VC Funchal	1.00	€
Jogo nº	2125 -	VC Funchal	1.00	€
Jogo nº	2125 -	SC Espinho	1.00	€

3 – Artigo 41º do Regulamento de Provas (Informação de Resultados de Jogo) € 3.00

Jogo nº	1904 -	Famalicense AC	3.00	€
Jogo nº	1912 -	Famalicense AC	3.00	€
Jogo nº	1919 -	Famalicense AC	3.00	€
Jogo nº	1921 -	Lusófona VC	3.00	€
Jogo nº	1923 -	GC Vilacondense	3.00	€
Jogo nº	2060 -	Juventude Pacense	3.00	€
Jogo nº	2070 -	Esmoriz GC	3.00	€